



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Educação
Assessoria de Relações Institucionais

Ofício SEE/ARI nº. 3/2021

Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 2021.

Senhora Presidente da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo

Vereadora Marcela Trópia

Câmara Municipal de Belo Horizonte
Belo Horizonte, Minas Gerais

Assunto: **Convite para Audiência Pública CMBH - Requerimento de Comissão nº 51/21**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1260.01.0015868/2021-92].

Excelentíssimos vereadores e vereadoras que compõem a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo da Câmara Municipal de Belo Horizonte e demais parlamentares desta Casa,

A Secretaria de Estado de Educação - SEE/MG tem atuado de forma proativa com o objetivo de amenizar os impactos da pandemia da Covid-19 desde o início da suspensão das atividades presenciais, em março de 2020.

No dia 18 de maio de 2020, iniciamos o Regime Especial de Atividades Não Presenciais (REANP). As ações pedagógicas que compõem o REANP - Planos de Estudos Tutorados (PET) e Programa Se Liga na Educação - aulas veiculadas pela Rede Minas e TV Assembleia - foram planejadas a partir dos referenciais curriculares, sendo o Currículo Referência de Minas Gerais para os Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e os Conteúdos Básicos Comuns para o Ensino Médio. Outra ferramenta utilizada foi a disponibilização do aplicativo Conexão Escola com navegação patrocinada pelo Governo do Estado. Na plataforma, os alunos acessam aos PETs, às aulas do Se Liga na Educação e podem tirar dúvidas interagindo em chats com o seu professor. Esta ação conjunta possibilitou manter o vínculo dos alunos com a escola e evitar a evasão de 30 mil estudantes da rede estadual de ensino.

Sobre o planejamento do retorno híbrido e seguro das atividades nas unidades de ensino, no dia 23 de Setembro de 2020, foi publicada a Deliberação Nº 89, do Comitê Extraordinário Covid-19 do Governo de Minas Gerais, sobre a autorização do retorno gradual das atividades presenciais nas unidades de ensino, dentro do plano Minas Consciente. Foi autorizado o retorno das atividades de ensino Infantil, Fundamental e Médio dos municípios que estivessem dentro da

Secretaria de Estado de Saúde e em consonância com o município.

Na rede estadual de ensino foi montada uma estratégia de retomada gradual e não obrigatória que se iniciaria em outubro de 2020 em escolas dos municípios que estavam dentro da Onda Verde. A Estratégia previa:

- Observação ao Protocolo Sanitário e às condições da Deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 89;
- Retorno gradativo dos anos de escolaridade, iniciando-se pelo 3º ano do Ensino Médio;
- Retorno opcional a estudantes e famílias;
- Revezamento do grupo de estudantes para garantir o cumprimento do Protocolo Sanitário;
- Servidores e estudantes do grupo de risco em teletrabalho/atividades não presenciais.

O retorno às atividades presenciais está suspenso após decisão liminar do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no entanto as escolas foram orientadas a realizar todos os preparativos para que estejam aptas a receber servidores e estudantes observando todas as condições de segurança sanitária,

Nesse contexto, em janeiro deste ano foi criado Grupo de Trabalho pela Deliberação nº 121 do Comitê Extraordinário Covid-19 para elaboração de relatório técnico que possa subsidiar a tomada de decisão das autoridades da Administração Municipal na avaliação das possibilidades de retorno às aulas presenciais em 2021, diante do novo cenário apresentado pelo Minas Consciente.

O grupo é formado por representantes da Secretaria de Estado de Saúde, Secretaria de Estado de Educação, Advocacia-Geral do Estado, Consultoria Técnico-Legislativa, Sociedade Mineira de Pediatria e Associação Brasileira de Neurologia e Psiquiatria Infantil e Profissionais Afins. Além das reuniões internas realizadas pelo Grupo de Trabalho, foram convidados para o debate: a Associação Mineira de Inspectores Escolares (AMIE), Associação Mineira dos Municípios (AMM), Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de MG (COSEMS), Ministério Público de Minas Gerais (MP), Ministério Público do Trabalho (MPT), Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SINDUTE), Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (SINPRO), Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (SINEP), Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/MG (UNDIME-MG). O relatório técnico será disponibilizado assim que os trabalhos forem concluídos e poderão servir de apoio aos municípios para organização e planejamento regional da volta às aulas.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradecemos o convite para a audiência pública para tratar de assuntos educacionais, pauta que nos é tão cara, e colocamo-nos à disposição desta Casa Legislativa.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Henrique Miranda, Assessor**, em 18/02/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25664411** e o código CRC **B15E2F03**.

Referência: Processo nº 1260.01.0015868/2021-92

SEI nº 25664411

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Edifício Minas - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte -
CEP 31630-900